



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## GABINETE DO VEREADOR JOÃO LUIZ

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2018

**Estabelece,** como medidas socioeducativas, sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais, na forma que especifica e dá outras providências.

**Art. 1º. Serão aplicadas as seguintes sanções,** como medidas socioeducativas, para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, sendo que as multas serão cobradas e lançadas com base no valor vigente da Unidade Fiscal do Município de Manaus – UFM:

**I – nos casos de maus-tratos praticados dolosamente, que provoquem a morte do animal, será cobrada a multa de 39 UFM;**

**II – nos casos de maus-tratos praticados dolosamente, que provoquem lesões ao animal, será cobrada a multa de 29 UFM;**

**III – nos casos de maus-tratos, praticados de forma dolosa ou culposa, que não gerem lesões ou a morte do animal, será cobrada a multa de 19 UFM; e**

**IV – nos casos de abandono de animal sadio ou doente, será cobrada a multa de 24 UFM.**

**§ 1º A cada reincidência de infração, a pena da multa será aplicada em dobro em relação à multa anteriormente aplicada.**

**§ 2º Além das multas previstas nesse artigo, o infrator também deverá arcar com todos os custos do tratamento veterinário e recuperação do animal maltratado.**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



**§ 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:**

- a) maus-tratos contra animais - ação ou omissão voltada contra os animais, que lhes acarretem ferimento, dor, medo e estresse desnecessários ou sofrimento decorrente de negligência, prática de ato cruel ou abusivo, da falta de atendimento das suas necessidades naturais, físicas e mentais, bem como o que mais dispuser a legislação federal, estadual e municipal que trate sobre a matéria; e**
- b) abandono de animais – ato de abandonar, sem a devida assistência, de forma permanente ou temporária, em qualquer espaço público ou privado, animal doméstico, domesticado, silvestre, exótico, ou em rota migratória, do qual detém a propriedade, posse ou guarda, ou que está sob guarda, vigilância ou autoridade.**

**Art. 2º. O total do recurso arrecadado será utilizado exclusivamente para ações e projetos voltados à políticas do bem-estar animal.**

**Art. 3º.** Quem se deparar com situações de maus-tratos ou abandono de animais deve registrar boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil e encaminhar o documento a um dos seguintes órgãos:

- I) Batalhão Policiamento Ambiental;**
- II) Centro de Controle de Zoonoses;**
- III) DEMA - Delegacia Especializada de Meio Ambiente;**
- IV) SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;**
- V) IBAMA – Núcleo de Fauna Silvestre de Manaus;**
- VI) Denúncia NACIONAL maus tratos: 0800-61-8080.**

**Parágrafo único.** Fica instituída a obrigatoriedade dos shopping centers, estabelecimentos bancários, educacionais, redes de supermercados, clínicas veterinárias e interior dos ônibus do transporte coletivo urbano, de afixar, em local



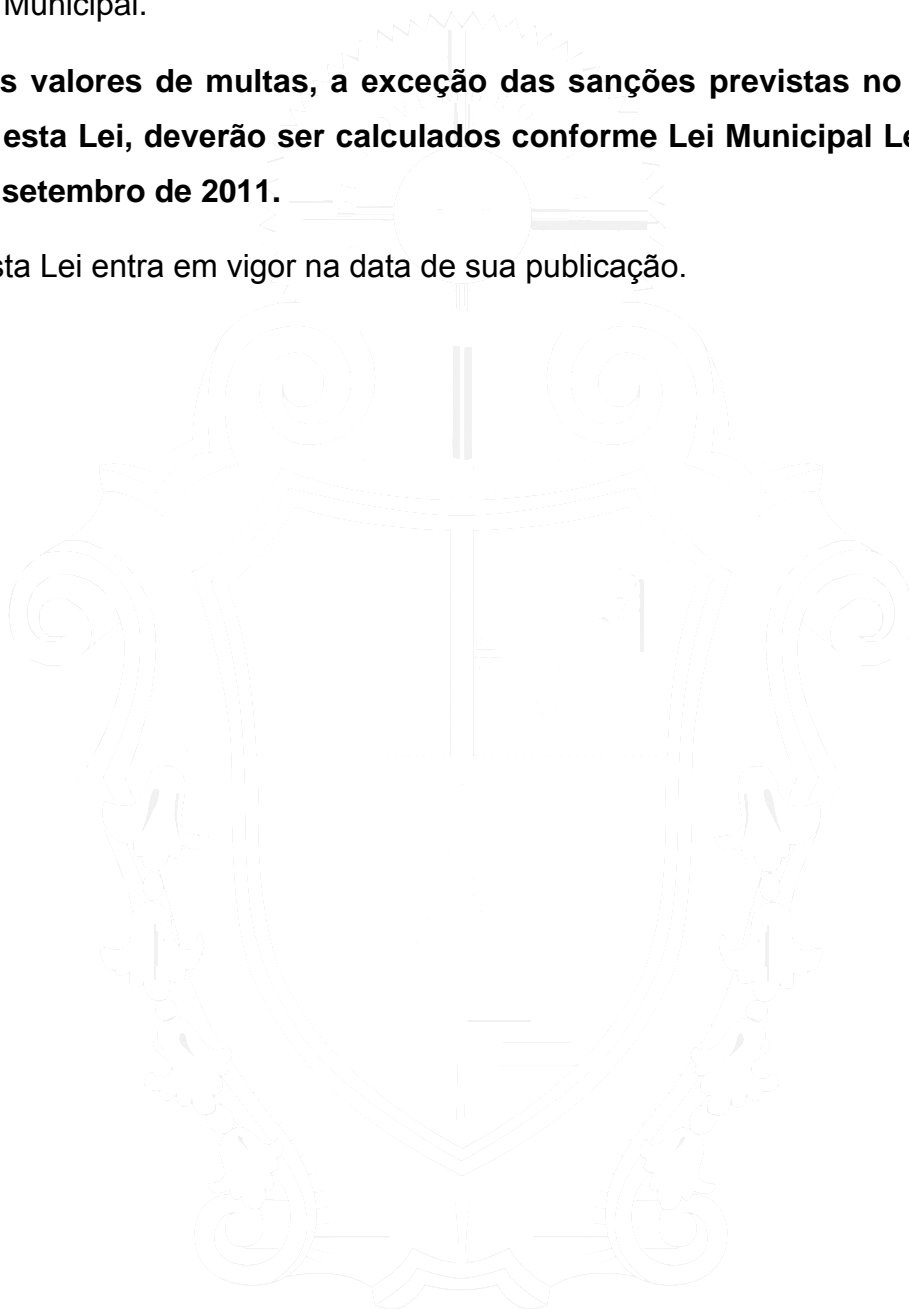
CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



visível e destacado de seu espaço interno, cartazes referentes aos órgãos de defesa animal responsáveis pelo recebimento de denúncias de que trata o Art. 3º desta Lei, constando o número dos telefones dos referidos órgãos, sob pena de sanções cabíveis a serem regulamentadas em ato normativo de iniciativa Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º. Os valores de multas, a exceção das sanções previstas no art. 1º, de que trata esta Lei, deverão ser calculados conforme Lei Municipal Lei Nº 1590, de 26 de setembro de 2011.**

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa de lei dispõe, como medidas socioeducativas, sobre sanções a serem aplicadas para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, sendo que as multas serão cobradas em Unidades Fiscais do Município de Manaus. A propositura vem corroborar com a Lei Municipal Nº 1590, de 26 de setembro de 2011, que trata do bem-estar animal.

Ressaltamos que casos de maus-tratos e abandono são denunciados diariamente no município e envolvem pessoas de todas as classes sociais. A lei serve para essas pessoas repensarem antes de adotarem animais e pararem de cuidar.

Quem se deparar com situações de maus-tratos ou abandono deve registrar boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil e encaminhar o documento à Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade de Santa Cruz. Um fiscal e um veterinário do município irão até o local indicado para verificar o estado do animal.

É uma medida socioeducativa porque só quando mexe no bolso as pessoas se importam. Se alguém comete uma infração de trânsito e é multado, por exemplo, ninguém quer saber se a pessoa tem dinheiro ou não para pagar, é lei.

A cada reincidência de infração, a pena da multa será aplicada em dobro em relação à multa anteriormente aplicada. Além das multas previstas, o infrator também deverá arcar com todos os custos do tratamento veterinário e recuperação do animal maltratado.

Quem se deparar com situações de maus-tratos ou abandono, deve registrar boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil e encaminhar o documento à Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade de Santa Cruz (Rua Galvão Costa, 708, Centro | Telefone: (51) 3902-3611). A partir daí, um fiscal e um veterinário do Município irão até o local indicado para verificar o estado do animal.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



É preciso que a população se conscientize com a causa dos animais. Temos que parar essas pessoas que acham que podem maltratar e abandonar animais, e que nada irá acontecer. Infelizmente, só doendo no bolso para que essas pessoas ponham a mão na consciência e repensem as ações que estão fazendo com os animais.

A cada reincidência de infração, a pena da multa será aplicada em dobro em relação à multa anteriormente aplicada. Além das multas previstas, o infrator também deverá arcar com todos os custos do tratamento veterinário e recuperação do animal maltratado.

Atualmente Manaus, calcula-se, deve ter mais de 350 mil animais (gatos e cachorros), sendo que cerca de 60 mil de animais são "não assistidos", ou seja, possuem "donos", mas ficam soltos nas ruas. Se alguém passar pela Zona Leste verá a quantidade absurda de animais nas ruas. É chocante. São animais doentes e moribundos misturados a animais saudáveis e a grande maioria possuindo um dono irresponsável.

Lugar de cachorro é na residência onde está seguro e guardando seu espaço. Um dos princípios da posse responsável é o de manter o animal em casa, mas muitas pessoas ainda teimam em soltar na rua para dar "uma voltinha". Alguns guardiães de cachorro nem ao menos abrigam no quintal fornecem, mantendo o animal acorrentado no sol e na chuva o dia inteiro. Isto se chama "maus-tratos".

Está cientificamente comprovado que os animais são seres senscientes, ou seja, eles sentem dor, alegria, fome e tristeza como nós. Denunciar os maus-tratos. Essa é a melhor maneira de combater os crimes contra animais. Quem presencia o ato é quem deve denunciar. Deve haver testemunha, fotos e tudo que puder comprovar o alegado. Denunciar é um ato de cidadania. Ameaça de envenenamentos, bem como envenenamentos de animais, também podem e devem ser denunciados.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



A principal lei que protege os animais é a Lei Federal 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais – que incluem animais domésticos, entre eles GATOS E CÃES.

Art. 32 – Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. A pena será de 3 meses a 1 ano de prisão e multa, aumentada de 1/6 a 1/3 se ocorrer a morte do animal.

Além dela, o Decreto-Lei nº 24645/34 dá proteção legal aos animais desde os tempos de Getúlio Vargas. E a Constituição Federal de 1988 diz, em seu artigo 225, parágrafo 1º, que cabe ao Poder Público:

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

**Plenário Adriano Jorge, 19 de junho de 2018**

**João Luiz**

**Vereador - PRB**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus****PROCURADORIA LEGISLATIVA****PROJETO DE LEI Nº 160/2018****PROPOSITURA: 2018.10000.10300.5.003375****AUTORIA: JOÃO LUIZ ALMEIDA DA SILVA****EMENTA: Estabelece, como medidas socioeducativas, sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais, na forma que especifica e dá outras providências.**

**Ementa: Estabelece, como medidas socioeducativas, sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais, na forma que especifica e dá outras providências. Possibilidade e Legalidade de acordo com os arts. 8º e 58, da LOMAN.**

O projeto de lei estabelece que **serão** aplicadas as seguintes **sanções**, como medidas socioeducativas, para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais silvestres, **domésticos** ou domesticados, nativos ou **exóticos**, sendo que as multas **serão** cobradas e **lançadas** com base no valor vigente da Unidade Fiscal do **Município** de Manaus – **UFM**.

Esta Lei entrará em vigor em cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Em justificativa, aduz o nobre vereador que esta iniciativa de lei dispõe, como medidas socioeducativas, sobre sanções a serem aplicadas para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, sendo que as multas serão cobradas em Unidades Fiscais do Município de Manaus.

É o brevíssimo relatório.

Passo à análise e Parecer.

A iniciativa do nobre vereador encontra respaldo jurídico no art. 8º, da LOMAN, eis que é de interesse local coibir os maus tratos dos animais no município de Manaus.



Padre Agostinho Caballero Martin, 850  
aimundo, Manaus-AM, 69027-020  
3303-2801/ 2802/ 2803/ 2804/ 2805  
(2) 3303- 2806/ 2807/ 2808/ 2809  
[www.cmm.am.gov.br](http://www.cmm.am.gov.br)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

PRISCILLA BOTELHO SOUZA DE MIRANDA - PROCURADOR - 648.292.272-49 EM 08/08/2018 09:35:36

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E83D31720004E0FC . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus****PROCURADORIA LEGISLATIVA**

---

Em relação à propositura :

LOMAN - Art. 58. “A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos , na forma e nos casos previstos em lei.”

Não vislumbro impedimento jurídico capaz de eivar de nulidades a propositura analisada.

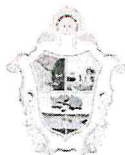
**Em face do analisado, sugiro ao Exmo. Sr. Presidente da 2ª CCJ que seja favorável ao presente projeto de Lei, por estar em consonância aos ditames legais brasileiros.**

**Manaus, 08 de agosto de 2018.**

**Priscilla Botelho Souza de Miranda**  
**Procuradora da Câmara Municipal de Manaus**







**Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Manaus  
Gabinete do Vereador Dr. Ewerton Wanderley**

MM/ID/COM/DECOM  
Propositura: PL  
Nº 160/2018  
Fls. nº .....  
Assinatura ef

**2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 160/2018**, de autoria do Ver. João Luiz, que “**ESTABELECE**, como medidas socioeducativas, sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais, na forma que especifica e dá outras providências”.

**PARECER**

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Vereador João Luiz, que estabelece, como medidas socioeducativas, sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais, na forma que especifica e dá outras providências, observamos que tal proposição encontra fulcro constitucional e legal, pois cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, Prefeito Municipal ou qualquer cidadão a iniciativa de leis complementares como essa, como diz o artigo 58 da LOMAN:

Art. 58 – “A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei”.

Esta proposição tem interesse local, e legislar sobre assuntos de interesse local faz parte da competência dos Municípios, conforme disposição do artigo 30, inciso I e artigo 8º, inciso I, da Constituição Federal e Loman, respectivamente, como se transcrevem a seguir:

“Art. 30 – Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local.” (Constituição da República)

“Art. 8º - Compete ao Município: I – legislar sobre assuntos de interesse local.” (Loman)



Rua Padre Agostinho Caballero Martin nº 850 – São Raimundo – CEP: 69027-020

Fones: (092) 3303-2854 / Fax: (092) 3303-2855

Manaus – AM

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EWERTON CAMPOS WANDERLEY - VEREADOR - 444.724.122-68 EM 03/09/2018 12:33:23

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : CB958D950004FE99 . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>



**Estado do Amazonas**  
**Câmara Municipal de Manaus**  
**Gabinete do Vereador Dr. Ewerton Wanderley**

Atividade/Assinatura/Assinatura  
 Propositura: ..... *PL*  
 Nº ..... *1601/2018*  
 Fls. nº .....  
 Assinatura ..... *8*

Dessarte, tendo em vista a propositura analisada não oferece nenhum óbice constitucional e legal, manifesto-me **FAVORÁVEL** ao seu prosseguimento.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 03 de Setembro de 2018.

**Dr. Ewerton Wanderley**  
 Vereador / PHS

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
 DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: ..... *favorável*  
 por ..... *totalidade*  
 dos ..... *presentes*  
 em ..... *12.09.2018*  
 Obs: .....



Rua Padre Agostinho Caballero Martin nº 850 – São Raimundo – CEP: 69027-020  
 Fones: (092) 3303-2854 / Fax: (092) 3303-2855  
 Manaus – AM

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EWERTON CAMPOS WANDERLEY - VEREADOR - 444.724.122-68 EM 03/09/2018 12:33:23

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : CB958D950004FE99 . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>